

EDITAL PGM Nº , DE 20 DE AGOSTO DE 2008.

REGULAMENTA O 6º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE DA REPRESENTAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO EM BRASÍLIA.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, tendo em vista a delegação de competência constante do Decreto n. 6.463/85 e suas alterações, torna público que fará realizar a Exame de Seleção para o Estágio Forense promovido pela Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro.

I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Processo Seletivo destina-se à seleção de estagiários para a Representação da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro em Brasília, para preenchimento das vagas existentes, a juízo do Procurador Geral do Município do Rio de Janeiro, e as demais que vierem a ser abertas nos vinte e quatro meses subseqüentes ao Exame, que cumprirão o Estágio Forense.
2. O estudante, **no ato da inscrição**, deverá estar cursando, no mínimo, o 6º período da faculdade de Direito.
3. O estudante, no ato da convocação, deverá estar cursando, no mínimo, o 7º período da faculdade de Direito e, em hipótese alguma, poderá ter concluído o curso, sendo, portanto, de responsabilidade do candidato a inscrição no certame.

II. DO ESTÁGIO

1. A bolsa-auxílio mensal pelo cumprimento das tarefas pertinentes ao estágio, será no valor correspondente a R\$ 547,74 (quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos).
 - 1.1 as despesas decorrentes da admissão dos estagiários ficam estimadas em R\$ 1.129.955,16 (um milhão, cento e vinte nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos) e correrão por conta do Programa de Trabalho 2202.0206100822.318, Natureza de Despesa 3390.36.07, do orçamento em vigor.
 - 1.2 a carga horária e o local de realização do estágio são os constantes do quadro abaixo:

CARGA HORÁRIA	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO
25 h semanais	<ul style="list-style-type: none"> • Escritório de Representação em Brasília SCS, Quadra 7, Bl A, 14º andar / Sala 1407 - Edifício Torre do Pátio Brasil, Shopping - Brasília/DF

III DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas no período de **10 horas do dia 21/08/2008 até às 23h 59min do dia 05/09/2008**, horário de Brasília, incluindo sábados e domingos e feriados, somente via Internet, através de requerimento específico disponível no **site www.rio.rj.gov.br/pgm**;
 - 1.1 **a inscrição será GRATUITA;**
 - 1.2 para efetuar a inscrição, é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;
 - 1.3 a inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa aceitação, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste Regulamento e demais instrumentos reguladores, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, bem como de todos os atos que forem expedidos sobre o processo seletivo;
2. **Para inscrever-se, o candidato deverá:**
 - 2.1 certificar-se, preliminarmente, de que preenche todos os requisitos exigidos para participação no Exame de Seleção.
 - 2.2 no ato da inscrição, não haverá qualquer restrição ao candidato que não cumprir os requisitos básicos. No entanto, só poderá atuar no estágio, o candidato que, à época da convocação, cumprir integralmente os requisitos mencionados.
3. **Procedimentos para inscrição**
 - 3.1 acessar o *site www.rio.rj.gov.br/pgm*, onde estarão disponibilizados o Edital, o requerimento de inscrição e os procedimentos necessários à efetivação da inscrição;
 - 3.2 cadastrar-se, no período de **10 horas do dia 21/08/2008 até às 23h 59min do dia 05/09/2008**, horário de Brasília, incluindo sábados, domingos e feriados, através de requerimento específico disponível na página citada;
 - 3.3 preencher corretamente o requerimento de inscrição;
 - 3.4 imprimir o requerimento preenchido;
 - 3.5 a Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro não se responsabiliza por solicitações de inscrição **não recebidas**, por qualquer

motivo, sejam de ordem técnica dos equipamentos, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4. Não serão aceitas inscrições por fax, condicional ou extemporânea. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados neste Regulamento, a inscrição será cancelada.
5. São de responsabilidade exclusiva dos candidatos os dados cadastrais informados no ato da inscrição, vedada a possibilidade de alteração posterior, exceto o endereço para correspondência, que estará disponível para alteração **até o dia 10/09/2008**.
6. A prestação de declaração falsa ou inexata e a não apresentação de quaisquer documentos exigidos importarão em insubsistência de inscrição, nulidade de habilitação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções aplicáveis à falsidade de declaração, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
7. O candidato portador de necessidades especiais deverá requerer no campo próprio do requerimento de inscrição o método através do qual deseja realizar a prova: com leitor, ampliada ou normal e/ou solicitar sala de mais fácil acesso, no caso de dificuldade de locomoção;
 - 7.1 no caso de prova com o auxílio de um fiscal leitor, o fiscal, além de auxiliar na leitura da prova, também transcreverá as respostas para o cartão do candidato, sempre sob a supervisão de outro fiscal devidamente treinado. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que foram efetuadas;
 - 7.2 o candidato portador de deficiência visual parcial (ambliopia) deverá identificar sua condição, indicando no requerimento de inscrição se deseja que a prova seja confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecida prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24;
 - 7.3 o candidato portador de necessidades especiais participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às vagas oferecidas, ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário, ao local de aplicação, ao tempo de realização das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, sendo-lhe, porém, assegurado fácil acesso ao recinto onde se realizarão as provas.
8. O descumprimento das instruções implicará a **não** efetivação da inscrição.

IV. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

1. O candidato deverá acompanhar a **CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO** através do site www.rio.rj.gov.br/pgm, **até o dia 11/09/2008**.
 - 1.1 para verificar a confirmação da inscrição, o candidato acessará, no site acima mencionado, a opção “**consultar andamento da inscrição**” e, verificar no final do requerimento se consta a mensagem “**confirmada a inscrição**”;
 - 1.2 se até a data acima estabelecida não estiver **confirmada a inscrição**, o candidato deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos

Humanos da PGM/RJ, através do telefone (21) 3083-8316 ou 3083-8072, **nos dias 11 e 12/09/2008**, impreterivelmente;

- 1.3 a inobservância ao determinado no item 1 e subitem 1.2 deste Inciso, implicará a **não** participação do candidato no Exame de Seleção, não sendo aceitas, portanto, reclamações quanto a **não** confirmação de sua inscrição;
2. As informações referentes a data, horário, tempo de duração, local de realização da prova (nome do estabelecimento, endereço e sala), gabarito, recursos e resultado, estarão disponíveis, oportunamente, no *site* www.rio.rj.gov.br/pgm;
3. O candidato deverá, obrigatoriamente, conferir todas as informações contidas no *site* www.rio.rj.gov.br/pgm.

V. DAS PROVAS

1. O Exame de Seleção compreenderá a realização de Prova Objetiva de caráter eliminatório.
 - 1.1 as questões das provas versarão sobre a matéria integrante dos currículos dos 1º, 2º e 3º anos ou de créditos equivalentes do curso de bacharelado das faculdades de Direito oficiais ou reconhecidas, conforme programa anexo.
 - 1.2 a prova será a constante do quadro a seguir:

TIPO DE PROVA	CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL EM PONTOS	MÍNIMO EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO
OBJETIVA	DIREITO CIVIL	20	2,0	40,0	50,0
	DIREITO CONSTITUCIONAL	20	2,0	40,0	
	TEORIA GERAL DO PROCESSO	10	2,0	20,0	

Obs: será considerado aprovado na Prova, o candidato que alcançar, no mínimo, 50% de pontos do total da prova.

- 1.3 a prova constará de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, valendo cada questão 2,0 (dois) pontos, com 04 (quatro) opções, sendo uma única opção correta, permitindo ao candidato alcançar até 100 (cem) pontos no total;
- 1.4 o candidato deverá transcrever as respostas da prova para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção da prova, com caneta esferográfica, obrigatoriamente, de tinta azul ou preta, apondo, ainda, sua assinatura no cartão;

- 1.5 o preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste regulamento. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
- 1.6 no cartão-resposta haverá, para cada questão, quatro campos de marcação: um campo para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o candidato deverá preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.
 - 1.6.1 o candidato deverá, obrigatoriamente, marcar, para cada questão, um, e somente um, dos quatro campos do cartão-resposta, sob pena de anulação da respectiva questão;
 - 1.6.2 será, também, anulada a questão, cuja marcação da resposta estiver em desacordo com este regulamento: resposta não assinalada, rasurada ou com emenda, ainda que legível;
 - 1.6.3 o candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o cartão-resposta, sob pena de reprovação;
- 1.7 o tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão-resposta;
- 1.8 o candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial *seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade*;
- 1.9 toda e qualquer legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação no Exame de Seleção;
- 1.10 o gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível também, no endereço eletrônico www.rio.rj.gov.br/pgm.

VI. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1. A prova será aplicada no Distrito Federal – Brasília;
2. O local, a data e o horário de realização da prova serão publicados no Diário Oficial do Município e divulgados no *site* www.rio.rj.gov.br/pgm.
3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta e o original do documento de identidade que serviu de base para sua inscrição no certame;
 - 3.1 o documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura;
 - 3.2 serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc); passaporte brasileiro; certificado

de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997);

- 3.3 não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, protocolos de documentos nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados;
 - 3.3.1 o candidato que deixar de apresentar documento que o identifique, reconhecido em todo o território nacional, alegando qualquer justificativa, não realizará a prova, sendo excluído do certame;
- 3.4 o candidato não poderá retirar-se da sala, após ser identificado, sem autorização e acompanhamento da fiscalização.
4. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, após a assinatura da lista de presença, serão adotados os seguintes procedimentos:
 - 4.1 o candidato não poderá retirar-se da sala de prova sem autorização e acompanhamento da fiscalização;
 - 4.2 o candidato não poderá consultar qualquer material, inclusive jornal e revista, enquanto aguardar o horário de início da prova.
5. Os portões serão fechados no horário previsto para o início da prova;
 - 5.1 depois de autorizado o início da prova, somente será permitido o ingresso de candidatos nas salas quando acompanhados do Coordenador Local;
 - 5.2 não será permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, no estabelecimento, após o fechamento dos portões.
6. A inviolabilidade da prova será comprovada no momento do rompimento do lacre dos malotes, mediante termo formal e, na presença de, no mínimo, 2 (dois) candidatos.
7. Não será permitido ao candidato fumar na sala de prova.
8. Após o início da prova não será permitida a permanência de pessoas não autorizadas previamente no local de prova;
 - 8.1 a candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará em dependência designada pela Comissão Organizadora e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.
9. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do Exame de Seleção, poderá entregar o cartão-resposta, devidamente assinado, e retirar-se do recinto.
10. Ao término da prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu cartão-resposta.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e, após o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.

12. O candidato que insistir em sair de sala, descumprindo o disposto nos itens 10 e 11 deste inciso, deverá assinar Termo de Desistência e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado por 2 (dois) outros candidatos, pelos fiscais e pelo Coordenador Local.
13. Qualquer observação, por parte dos candidatos, será igualmente lavrada na ata, ficando seus nomes e números de inscrição registrados pelos fiscais.
14. Não haverá prorrogação do tempo previsto para aplicação da prova, inclusive aquele decorrente de afastamento do candidato da sala de prova.
15. No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação desta e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
16. Não haverá aplicação de prova fora do dia, local e horário preestabelecidos.
17. O candidato não poderá alegar desconhecimento do local de realização da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento à prova, por qualquer que seja o motivo, será considerado como **desistência** do candidato e resultará em sua **eliminação do certame**.

VII. DA EXCLUSÃO DO CERTAME

1. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- 1.1 faltar, chegar ao local de prova após o fechamento dos portões ou comparecer para a realização da prova em local diferente do designado;
- 1.2 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta;
- 1.3 o candidato que insistir em sair de sala, descumprindo o disposto nos itens 9 a 11 do Inciso VI;
- 1.4 dispensar tratamento incorreto e/ou descortês a qualquer pessoa envolvida ou autoridade presente à aplicação das provas, bem como perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- 1.5 utilizar-se, no decorrer da prova, de qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares, ou for surpreendido em comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
- 1.6 for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- 1.7 for surpreendido utilizando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógio digital com receptor, constituindo tentativa de fraude;
- 1.8 fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- 1.9 recusar-se a entregar o cartão-resposta ao término do tempo destinado para a realização da prova;
- 1.10 deixar de assinar o cartão-resposta e a lista de presença;
- 1.11 descumprir qualquer das instruções contidas no caderno de questões;

- 1.12 utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo;
- 1.13 não alcançar o mínimo em pontos exigidos para habilitação no processo seletivo;
- 1.14 utilizar processos ilícitos, através de meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, mesmo que constatado posteriormente;
- 1.15 deixar de se apresentar, quando convocado em qualquer fase do processo seletivo, ou não cumprir, nos prazos indicados, os procedimentos necessários para assinatura do Termo de Compromisso;
- 1.16 deixar de apresentar qualquer um dos documentos que comprovem o atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital;
- 1.17 não atender às determinações do presente regulamento e de seus atos complementares;
- 1.18 fazer declaração falsa ou inexata em qualquer documento.

VIII. DOS RECURSOS

1. O próprio candidato, ou seu procurador legal, poderão interpor recurso, quando ficar evidenciado erro na formulação da questão, na correção e no critério de julgamento, utilizando-se, para tanto, de formulário próprio, para cada questão, o qual poderá ser retirado através do site www.rio.rj.gov.br/pgm, e encaminhado para o seguinte e-mail: pgrh.pgm@pcrj.rj.gov.br, constando no assunto: RECURSO-ESTÁGIO FORENSE.
2. **Os recursos deverão ser interpostos no prazo de** até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da prova objetiva no D.O. Rio.
3. O recurso quanto às questões da prova, individual e único, deverá ser digitado em letra de forma, com a indicação precisa daquilo em que o candidato se julgar prejudicado e devidamente fundamentado, comprovando alegações com a citação de artigos de legislação, itens, páginas de livros, nomes de autores etc.
4. Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso não fundamentado ou apresentado fora das condições exigidas e/ou dos prazos estabelecidos, bem como os recursos que apresentarem cópias de fundamentos de outros recursos.
5. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos presentes, independentemente da formulação de recurso.
6. Se, por força de decisão favorável a impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes do recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso dessa modificação decorrente das impugnações.

7. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso e revisão, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual serão indeferidos, liminarmente, recursos ou revisões adicionais.

IX. DO RESULTADO DA PROVA

1. O resultado da prova será divulgado por Edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e disponibilizado no *site* www.rio.rj.gov.br/pgm.
2. Do resultado constarão as notas, por conteúdo, de **todos** os candidatos convocados para a prova.

X. DO RESULTADO FINAL

1. O RESULTADO FINAL DO EXAME DE SELEÇÃO SERÁ DIVULGADO POR EDITAL, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DISPONIBILIZADO NO SITE: WWW.RIO.RJ.GOV.BR/PGM.
2. Do resultado final constarão apenas os candidatos habilitados.
 - 2.1 serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem a nota igual ou superior a 50 (cinquenta).
3. Na hipótese de igualdade de pontos, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:
 - 1º - maior nota em Direito Constitucional;
 - 2º - maior nota em Direito Civil;
 - 3º - maior nota em Teoria Geral do Processo;
 - 4º - o candidato mais idoso.

XI. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INÍCIO DO ESTÁGIO

1. O candidato, quando da convocação, deverá apresentar os seguintes documentos:
 - declaração da Faculdade de Direito, oficial ou reconhecida, de conclusão de 3/5 partes do curso de Bacharel;
 - certidão de matrícula em Faculdade de Direito, oficial ou reconhecida;
 - certidão de que não sofreu penalidade disciplinar;
 - histórico escolar atualizado;
 - xerox da carteira demonstrando a inscrição nos quadros de estagiário da OAB/DF.
 - 2(duas) fotos 3 x 4
 - currículo
 - número da conta bancária (xerox do cartão do banco)
2. Na hipótese do candidato não apresentar algum dos documentos previstos no item 1 no prazo regulamentar, ou nos casos omissos em 10 (dez) dias, este passará a ocupar a última colocação da classificação final, passível de uma outra convocação.

XII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O certame será regulado por este Edital, organizado e executado pela Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro.
2. O estágio será regido pelas normas municipais do Rio de Janeiro, bem como pelo Ato Conjunto PGM/OAB Nº 06.
3. A Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro não se responsabiliza pela venda de apostilas referentes ao processo seletivo.
4. A aprovação no Exame de Seleção assegurará apenas a expectativa de direito à convocação. A Administração Superior reserva-se o direito de proceder às convocações em número atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária.
5. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova ou convocação do candidato, desde que verificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.
6. O Exame de Seleção será homologado pelo Procurador Geral do Município do Rio de Janeiro, sendo o ato respectivo publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro D.O.Rio.
7. Todas as convocações, avisos e resultados serão publicados, exclusivamente, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO, devendo o candidato habilitado acompanhar todas as publicações, sendo de responsabilidade da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro a convocação dos candidatos.
8. O candidato aprovado é responsável pela atualização de endereço eletrônico, junto à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. A não atualização poderá gerar prejuízos ao candidato, sem nenhuma responsabilização para a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro.
9. As dúvidas, oriundas das informações neste Regulamento, poderão ser dirimidas pela Gerência de Recursos Humanos da PGM, de 2ª a 6ª feira, das 10h às 18h; através do telefone (21) 3083-8316 ou pela internet, através do e-mail: pgrh.pgm@pcrj.rj.gov.br.
10. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste regulamento somente poderão ser feitas por meio de outro edital.
11. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da Gerência de Recursos Humanos da PGM.

RIO DE JANEIRO, 20 DE AGOSTO DE 2008.

JULIO REBELLO HORTA

ANEXO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CIVIL

- 01 - CONCEITO E DIVISÃO DO DIREITO: Conceito de direito. Direito e moral. Direito positivo e direito natural. Direito objetivo e direito subjetivo. Direito público e direito privado.
- 02 - DAS FONTES DO DIREITO: Da norma jurídica. Aplicação, interpretação e integração das normas jurídicas. Conflito de leis no tempo. Eficácia da lei no espaço.
- 03 - DAS PESSOAS NATURAIS: Da personalidade e da capacidade. Das incapacidades. Começo e extinção da personalidade natural. Do nome. Da ausência.
- 04 - DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: Conceito. Características. Classificação. Da proteção à imagem. Da proteção à intimidade.
- 05 - DAS PESSOAS JURÍDICAS: Conceito. Requisitos de constituição. Classificação. Desconsideração da personalidade jurídica. Extinção.
- 06 - DO DOMICÍLIO: Domicílio da pessoa natural. Domicílio da pessoa jurídica. Conceito. Espécies.
- 07 - DOS BENS: Classificação. Dos bens públicos e particulares.
- 08 - DOS FATOS JURÍDICOS: Do negócio jurídico. Conceito. Classificação. Interpretação. Elementos. Negócio fiduciário e negócio simulado. A reserva mental. Da representação. Das modalidades do negócio jurídico. Dos defeitos do negócio jurídico. Do estado de perigo. Da lesão. Da invalidade do negócio jurídico. Ato inexistente, nulo e anulável.
- 09 - DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS E DOS ATOS JURÍDICOS ILÍCITOS: Conceito. Elementos constitutivos do ato ilícito. Responsabilidade civil. Contratos.

Responsabilidade civil do Estado. Causas excludentes da ilicitude. O abuso de direito.

- 10 - DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA: Conceito. Diferença. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição. A pretensão e o direito de ação.
- 11 - DAS OBRIGAÇÕES: Conceito. Elementos. Fontes. Das modalidades das obrigações. Classificações.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01 - O PODER CONSTITUINTE: Natureza e Titularidade do Poder Constituinte. Exercício do Poder Constituinte. Poder Constituinte Originário e Derivado. Conflito de Direito Intertemporal.
- 02- CONSTITUIÇÃO: Conceito. Classificação das Constituições. Distinção entre Constituições Rígidas e Flexíveis.
- 03- CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE: Hierarquia das normas jurídicas. Vias de defesa e da ação. Legitimações. Órgãos encarregados do controle da constitucionalidade. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Representação de inconstitucionalidade. Leis nº 9.868/99 e 9.882/99.
- 04 - INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL: Métodos. Princípios próprios. Ponderação.
- 05- FORMAS DE ESTADO: Estado Unitário e Estado Federal. Características. Componentes da Federação Brasileira. Soberania e Autonomia. Organização do Estado.
- 06 - REPARTIÇÕES DE COMPETÊNCIAS: A União. O Estado-Membro. Regiões Metropolitanas. O Município na estrutura federativa brasileira: a competência constitucional do Município; interesse local; organização política, administrativa e financeira; intervenção no Município, motivos e competência para intervir.
- 07- SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. Conceito de Tributo, classificação, repartição de competência, princípios, limitações. Tributos Municipais.
- 08 - A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: Poder, função e órgãos. Funções e fins do Estado. As três funções estatais. Funções típicas e atípicas.
- 09 - PROCESSO LEGISLATIVO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: Princípio da simetria.
- 10 - REGIME POLÍTICO: Conceito. Espécies. O Regime político brasileiro. A democracia. Noções.
- 11 - O SERVIDOR PÚBLICO E A CONSTITUIÇÃO: Administração pública. Princípios. Acessibilidade aos cargos públicos. Investidura. Estabilidade, efetividade e vitaliciedade. Reparação de danos causados por agentes públicos. Regime jurídico estatutário. Regime jurídico trabalhista na Administração Pública.
- 12 - PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

- 13- DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. As várias gerações dos direitos fundamentais. Colisão de direitos fundamentais.
- 14 - DOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS: Mandado de segurança. Mandado de injunção. Habeas data. Ação popular. Ação civil pública.
- 15 - POLÍTICA URBANA: Plano Diretor. Gestão democrática. Instrumentos jurídicos. Meio ambiente.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

- 01 - DIREITO PROCESSUAL: Conceito. Natureza. Posição Enciclopédica. Divisão.
- 02 - FONTES DE DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO E PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL.
- 03 - A NORMA PROCESSUAL: Objeto e Natureza. Interpretação e Integração. Eficácia da Lei Processual no espaço e no tempo.
- 04 - JURISDIÇÃO: Função jurisdicional. Distinção das outras funções do Estado. Estrutura Judiciária Nacional.
- 05 - ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL: Fontes. Duplo grau de Jurisdição. Período de trabalho e férias forense.
- 06 - SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA: Auxiliares Permanentes e Eventuais. A fé pública.
- 07 - COMPETÊNCIA: Conceito. Espécies. Critérios de determinação.
- 08 - AÇÃO: Conceito. Condições da ação. Elementos da ação. Natureza jurídica da ação. Teorias.
- 09 - RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL: Objeto. Pressupostos. Características.
- 10- PROCESSOS E PROCEDIMENTOS: Conceito. Natureza Jurídica do Processo. Espécies. Jurisdição voluntária e contenciosa.
- 11 - SUJEITO DO PROCESSO: Capacidade. Substituição Processual.
- 12 - FATOS E ATOS PROCESSUAIS: Classificação. Vícios e seus efeitos. Ineficácia.
- 13 - ATOS POSTULATÓRIOS: Demanda. Resposta do Réu.
- 14 - CITAÇÃO: Modalidades e Efeitos. Intimação.
- 15 - RENÚNCIA E DESISTÊNCIA: Distinção.
- 16 - PRAZOS: Signo da Preclusão. Revelia.
- 17 - INTERVENÇÃO DE TERCEIROS: Espécies.
- 18 - SENTENÇA: Efeitos. Coisa julgada formal e material.